



eTC-25538/989/20-3

PROCESSO eTC-25538/989/20-3
INTERESSADA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR
ASSUNTO Pedido de Reexame (Evento 1.1)
REFERÊNCIA eTC- 4546.989.18-7

Senhora Assessora-Procuradora-Chefe

A Colenda Segunda Câmara, em sessão de 01/10/2020, publicada no DOE de 09/10/2020, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relativas ao exercício de 2018, face às impropriedades encontradas nos tópicos **2.4.1. FINANÇAS, 2.4.2. ENCARGOS SOCIAIS e 2.4.3. PRECATÓRIOS.**

Irresignado, o Município de Monte Mor, interpôs Pedido de Reexame (Evento 1.1), visando a reforma do r. Parecer emitido pela E. Segunda Câmara, nos autos do Processo nº **eTC- 004546.989.18-7.**

A Assessoria Técnica Especializada examinou as razões recursais.



eTC-25538/989/20-3

Sob os aspectos econômico-financeiros, a Assessoria Técnica (Evento 18.1), analisando os aspectos atinentes a sua área de atuação, entendeu que os argumentos ofertados *não são suficientes para a reversão do quadro deficitário apurado, cujo saldo financeiro negativo se situou muito além da margem limítrofe tolerada por esta Casa*; recordou que a trajetória negativa das contas em apreço vem se repetindo há pelo menos cinco exercícios, o que configura possível inércia da Administração; ponderou que os resultados apurados seriam ainda piores se as inadimplências observadas nos segmentos de precatórios e encargos sociais fossem pagas como se impunha; observou que os parcelamentos decorrentes das contribuições previdenciárias e precatórios (inadimplidos no exercício em apreço), foram fundamentais para expressiva elevação de 65,94% da dívida de longo prazo, o que demonstra a transferência de débitos para exercícios futuros; verificou, ainda, que em 2019 o município não adimpliu a totalidade dos encargos sociais vinculados à parte patronal do RPPS, bem como não atendeu ao piso referente à alíquota dada pelo TJSP, para o pagamento de precatórios, culminando também nos referidos parcelamentos, razões pelas quais opinou pelo não provimento do Pedido de Reexame.

É o relatório. Manifesto-me.

Preliminarmente, destaco que, nos termos do disposto nos arts. 70 e 71, da Lei Complementar nº 709/93, cabe pedido de reexame do parecer prévio emitido sobre as a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, que deverá ser formulado pelo responsável ou interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da



eTC-25538/989/20-3

publicação do Parecer no Diário Oficial e seguirá o rito previsto nos arts. 159 a 164, do Regimento Interno – Resolução nº 04/2010.

O Parecer Prévio foi publicado no DOE de 09/10/2020 e, tendo em vista que esta E. Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos do Novo Código Civil, nos moldes do Comunicado GP 08/2016, considerando apenas os dias úteis na contagem, temos que, excluindo o dia do início, nos termos do permissivo do art. 207, do RI, o prazo começou a fluir no dia 14 de outubro de 2020 com término em 27 de novembro de 2020.

Portanto, a peça preenche os requisitos de admissibilidade, haja vista que a parte é legítima, o pedido é pertinente e foi protocolizado nesta E. Corte de Contas em 23/11/2020, assim, merece ser conhecido.

Quanto ao **mérito**, observo que os fundamentos que ensejaram a emissão de parecer prévio desfavorável estão calcados nas irregularidades relativas às finanças, encargos sociais e precatórios.

Tendo em vista que as máculas que ensejaram a emissão do parecer prévio desfavorável em Primeira Instância foram enfrentadas no parecer lançado pela Assessoria Especializada e, considerando que as alegações encaminhadas não se mostraram adequadas para afastar os fundamentos da rejeição dos atos em exame, com a devida vênica, acompanho o entendimento esposado por meu predecessor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-25538/989/20-3

Assim, por todo o exposto, manifesto-me pelo conhecimento do apelo porque considero que os pressupostos de admissibilidade estão plenamente satisfeitos e pelo não provimento do Pedido de Reexame em apreço.

À apreciação de Vossa Senhoria.
ATJ, 02 de fevereiro de 2021.

Maria Delma Araujo Ramos
Assessoria Técnica